



1 **ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA de 2016**

2 **Data: 01 de março de 2016**

3 **Local: Auditório Hotel Lizzon – Curitiba-PR**

4 **Participantes**

5 **COSEMS/PR:** Titulares COSEMS: Cristiane Pantaleão (Ubiratã), João Carlos Strassacapa (Cândido de Abreu) Agnaldo
6 Gouveia (Icaraima) (César Titon (Curitiba) Gilberto Martin (Londrina) **SESA:** Titulares: SESA: Sezifredo Paulo Alves Paz
7 (DG/SESA), Juliano Gevaerd (SAS/SESA); Cleide Oliveira (SESA/SVS); Paulo Almeida (SESA/SGS), Vinicius Filipak
8 (DPUE/SESA)

9 **Secretária Executiva:** Liliam Cristina Brandalise

10 **Cristiane** deu início à reunião, dando boas vindas a todos passando a palavra ao Senhor Secretário Michele Caputo Neto,
11 que está presente nessa reunião para saudar todos os secretários e secretárias municipais de saúde.

12 Secretário Michele cumprimenta a todos, iniciando sua fala pela decisão, tomado pelo Ministério da Saúde, CONASS e
13 CONASEMS, em não ter a última reunião da tripartite, decisão essa lhe causou muita indignação, pois, essa atitude foi em
14 função de que o Ministério da Saúde não teria muito que colocar, que explicar, sobre as dificuldades que está atravessando
15 e que tem causado um impacto muito negativo para a vida de todos os brasileiros. Faz um pedido a todos que, por meio dos
16 deputados e outra lideranças, ajudem no processo de cobrança junto ao Ministério da Saúde das pendências em relação ao
17 Estado do Paraná, que essa situação, de não honrar compromissos, de não assumir políticas por ele implantadas e pior do
18 que isso, sem dar expectativas e definir cronogramas. Como exemplo, em relação aos medicamentos de hepatite, se criou
19 uma expectativa, porém, não estão mantendo a distribuição e os pacientes estão judicializando para não interromper seu
20 tratamento e a justiça, por sua vez, está enviando aos Estados para cumprir o que é de responsabilidade do Ministério da
21 Saúde. Passa as mãos da presidente Cristiane uma cópia do relatório quadrimestral da SESA e o acumulado de 2015, o qual
22 foi apresentado na Assembléia Legislativa e que nesse relatório, um dos números, é de 123 milhões gastos com
23 judicialização e que aumentou muito significativamente, pois, o Estado está sendo acionado judicialmente por conta de que
24 os medicamentos de compra centralizada pelo Ministério da Saúde não estão sendo entregues. Coloca que no SAMU
25 também o Ministério da Saúde não repõem ambulâncias e que, com recursos próprios, o Estado esta repondo, Faltam
26 também soros e vacinas e que pela falta de abastecimento, por parte do Ministério da Saúde, essa conta é colocada nas
27 costas dos Estados a compra desses insumos, o que é por competência, responsabilidade do Ministério da Saúde. Coloca
28 sobre os credenciamentos, que já foram realizadas articulações com deputados federais, prefeitos e que, por exemplo, a
29 Rede Cegonha, não há perspectiva de credenciamento para outras regiões do estado e assim outras demandas. Em relação
30 ao inseticida Malation, coloca que foi solicitado ao Ministério da Saúde, para uma demanda técnica 16 mil litros e foram
31 enviados apenas 4 mil litros e que o Paraná é o único estado organizado que faz fracionamento, resultado da gestão da
32 crise e que a equipe competente do Paraná gerencia. Informa sobre o recebimento, por parte dos municípios, de
33 equipamentos para a rede básica e que a partir de março, esse repasse irá para os municípios que estão com as obras
34 quase prontas, inclusive as construídas com recursos federal, como já foi realizado em mais de 30. Coloca que o Estado
35 colocou de seu recurso próprio, recursos no Teto MAC dos municípios, incluindo os municípios com a gestão do sistema, pois
36 é importante ampliar os acessos e que, a atual gestão, tem um respeito muito grande por esses municípios. Coloca que os
37 recursos próprios, a ser transferidos aos municípios do Paraná, somam em torno de 150 milhões ao ano, que essa ação é de
38 extrema importância, porém, tem que pactuar a utilização desse recurso, respeitando as especificidades de cada um, tanto
39 para os municípios em plena como para os municípios que estão sob gestão do Estado. Informa que estará em Ponta Grossa
40 inaugurando leitos de UTI Pediátrica no Hospital Universitário, depois vai a Campo Mourão para repassar recursos no teto
41 do município de Campo Mourão para incrementar ações que atendam tanto ao município como a região. Coloca que vai a
42 Umuarama inaugurar o Hospital UOPECAN, em Umuarama, que é a maior obra da região Noroeste, com 200 leito, 20 deles
43 de UTI, bem como, em Maringá, será inaugurada a Ressonância da Santa Casa e anunciando outros investimentos. Coloca
44 que o Paraná é o único estado da federação que financia, com o seu orçamento, 33 milhões, para a realização de cirurgias
45 eletivas, no Mutirão Paranaense, e que até o momento já foram realizadas 27.352 cirurgias e a meta até 28/08/16 é realizar



46 40 mil, se possível ultrapassar essa marca. Secretário informa a substituição na Superintendência de Atenção Primária,
 47 assumindo Juliano Gevaer e a Márcia Huçulak estará na assessoria do gabinete continuando a coordenar a Rede Mãe
 48 Paranaense e a Regulação. Coloca que a PEC 01 será discutida na Câmara dos deputados e que cada um deve acionar os
 49 deputados para expor a grande importância de se aprovar, pois, se não for, o cronograma do Ministério da Saúde vai ficar
 50 inviabilizado e que a SESA não pode substituir o Ministério da Saúde, que o Paraná manda anualmente, para a União, em
 51 tributos e obrigações 27 bilhões e recebe 9 bilhões e que por mais prioridade que o Estado dê a saúde fica difícil substituir o
 52 Ministério da Saúde. Como última informação que em março mais 100 ambulâncias estão chegando para repor a frota do
 53 SAMU, bem como todos os municípios do Paraná foram contemplados com equipamentos. Encerra agradecendo a todos.

54 **1-Aprovação da Ata da 6ª Reunião Ordinária de 15/12/2015:** aprovada pelos membros da CIB/PR

55 **2.1-Alterações no Teto Financeiro da MAC – Assistência**

56 **Deliberação nº 211/2015** - Aprova "Ad referendum" O remanejamento de recursos do Limite Financeiro da Atenção de Média
 57 e Alta Complexidade, da competência **Janeiro/2016**, conforme abaixo:

| Origem | Destino | Objetivo | Valor (R\$) |
|-----------------|--------------------------|---|-------------|
| Mandaguari | Teto Financeiro Estadual | Referente repactuação de 40 AIH'S de Mandaguari para Marialva | 12.832,00 |
| | | Referente repactuação de 04 AIH's de Mandaguari para Paiçandu | 1.283,20 |
| | | Referente repactuação de 02 AIH's de Mandaguari para Itambé | 641,60 |
| | | Referente repactuação de 01 AIH's de Mandaguari para São João do Ivaí | 320,80 |
| | | Referente repactuação de 04 AIH's de Mandaguari para Santa Fé | 641,60 |
| Terra Boa | Teto Financeiro Estadual | Referente repactuação de 05 AIH's de Terra Boa para Quinta do Sol | 2.472,80 |
| Pérola | Umuarama | Referente pactuação de 03 AIH's de Pérola para Umuarama | 3.570,10 |
| Gestão Estadual | Campo Mourão | Referente pactuação de 10 AIH's de Quinta do Sol para Campo Mourão | 4.588,00 |
| | Londrina | Referente pactuação de atendimento na APSDOWN para paciente de Cambé | 915,60 |

58 **Deliberação nº 004/2016 – Aprova "Ad referendum" O remanejamento de recursos do Limite Financeiro da Atenção de**
 59 **Média e Alta Complexidade, da competência Fevereiro/2016, conforme abaixo:**

| Origem | Destino | Objetivo | Valor (R\$) |
|--------------------------|-------------------|---|-------------|
| Teto Financeiro Estadual | Francisco Beltrão | Referente a transferência do teto físico financeiro do CEONC Cascavel para CEONC Francisco Beltrão, para tratamento dos pacientes da região, nas competências Fevereiro, Março e Abril de 2016, com recomposição de teto em maio/2016 | 127.012,96 |

60 **Deliberação nº 017/2016 – Aprova "Ad referendum" 1-O remanejamento de recursos do Limite Financeiro da Atenção de**
 61 **Média e Alta Complexidade, da competência Março/2016, conforme abaixo:**

| Origem | Destino | Objetivo | Valor (R\$) |
|--------------------------|----------------------|--|-------------|
| Teto Financeiro Estadual | Umuarama | Referente AIH's pactuadas de Francisco Alves com Umuarama, retroativo a fevereiro de 2016, com ajuste em abril de 2016. | 30.000,00 |
| | Ivaté | Referente repactuação de 13 AIH's de Clínica Geral de Douradina para Ivaté | 5.531,89 |
| | São José dos Pinhais | Referente serviço de terapia renal para atender a população referenciada | 35.000,00 |
| | Campo Mourão | Referente estruturação da Rede mãe Paranaense e Rede de Urgência e Emergência para atender a população própria e referenciada nas competências de março de 2016 a fevereiro de 2017, com reposição do Teto Financeiro Estadual em Março de 2017 | 200.000,00 |
| Ivaté | Cruzeiro do Oeste | Referente pactuação de 13 AIH's de Clínica Geral de Ivaté para Cruzeiro do Oeste | 4.620,46 |
| Cianorte | Umuarama | Referente 07 AIH's para partos de alto risco e atendimento RN de alto risco | 8.615,60 |

62 2- Retificação da Deliberação CIB/PR nº 182 de 20/11/2015 – **Onde se lê** Referente pactuação de 01 AIH de Apucarana para
 63 Astorga **leia-se** repactuação de 01 AIH de Apucarana para Astorga

64 **2.2.Habilitação/Credenciamento de Serviços:**

65 **Deliberação 217/2015 – RETIFICA** a deliberação CIB/PR nº 162 de 21/10/2015, **onde se lê** – "Aprova 'AD Referendum" a
 66 solicitação de reabilitação do Serviço de Implante Coclear, conforme normas contidas na Portaria GM/MS nº 2776 de



67 18/12/201, do Hospital de Clínicas da UFPR - Universidade Federal do Paraná, CNES 2384299 - CNPJ 75.095.679/0002-20,
68 no município de Curitiba e que o impacto financeiro, para essa reabilitação, **será de R\$ 1.862.898,46/ano (Hum milhão**
69 **oitocentos e sessenta e dois mil oitocentos e noventa e oito reais e quarenta e seis centavos) e R\$ 155.241,54/mês**
70 **(Cento e cinquenta e cinco mil duzentos e quarenta e um reais e cinquenta e quatro centavos), a ser assumido pelo**
71 **Ministério da Saúde leiam-se** “Aprova ‘AD Referendum” a solicitação de reabilitação do Serviço de Implante Coclear,
72 conforme normas contidas na Portaria GM/MS nº 2776 de 18/12/201, do Hospital de Clínicas da UFPR - Universidade
73 Federal do Paraná, CNES 2384299 - CNPJ 75.095.679/0002-20, no município de Curitiba e **que o impacto financeiro, para**
74 **essa reabilitação, será de R\$ 979.319,09/ano (Novecentos e setenta e nove mil trezentos e dezenove reais e nove**
75 **centavos) e R\$ 81.609,92/mês (Oitenta e um mil seiscentos e nove reais e noventas e dois centavos), a ser assumido**
76 **pelo Ministério da Saúde.**

77 **Deliberação nº 218/2015** - RETIFICA a deliberação CIB/PR nº 162 de 21/10/2015, **onde se lê** – “APROVA “AD REFERENDUM” a
78 reabilitação do Hospital Pequeno Príncipe, CNES 0015563 - CNPJ 76.591.569/0001-30, no município de Curitiba, como
79 Serviço de Atenção Especializada as Pessoas com Deficiência Auditiva já habilitado pela PT SAS/MS nº 391 de 18/08/2010 e
80 de acordo com as normas contidas na PT GM/MS nº 2776 de 18/12/2014, **sendo que, o impacto financeiro, para essa**
81 **reabilitação será de R\$ 155.241,54/mês (Cento e cinquenta e cinco mil duzentos e quarenta e um reais e cinquenta e**
82 **quatro centavos) e R\$ 1.862.898,46/ano (Hum milhão oitocentos e sessenta e dois mil oitocentos e noventa e oito**
83 **reais e quarenta e seis centavos). leiam-se** – “APROVA “AD REFERENDUM” a reabilitação do Hospital Pequeno Príncipe,
84 CNES 0015563 - CNPJ 76.591.569/0001-30, no município de Curitiba, como Serviço de Atenção Especializada à Pessoas
85 com Deficiência Auditiva já habilitado pela PT SAS/MS nº 391 de 18/08/2010 e de acordo com as normas contidas na PT
86 GM/MS nº 2776 de 18/12/2014, **sendo que, o impacto financeiro, para essa reabilitação será de R\$ 979.319,09/ano**
87 **(Novecentos e setenta e nove mil trezentos e dezenove reais e nove centavos) e R\$ 81.609,92/mês (Oitenta e um mil**
88 **seiscentos e nove reais e noventas e dois centavos), a ser assumido pelo Ministério da Saúde.**

89 **Deliberação nº 003/2016** - APROVA “AD referendum” a habilitação do Hospital Regional do Sudoeste Walter Alberto
90 Pecoits – CNES 6424341 CNPJ 76.416.866/0045-60, na cidade de Francisco Beltrão, **como Unidade de Atenção**
91 **Especializada em Terapia Nutricional Enteral / Parenteral** e que, o impacto financeiro, decorrente dessa habilitação, será
92 de R\$ 15.244,81/mês (Quinze mil duzentos e quarenta e quatro reais e oitenta e um centavos) a ser assumido pelo Ministério
93 da Saúde.

94 **Deliberação nº 005/2016** - APROVA “AD referendum” a qualificação de 20 leitos de UTI Adulto Tipo II no Hospital do
95 Idoso Zilda Arns – CNES 6388671 CNPJ 08.597.121/0001-74, na cidade de Curitiba, conforme normas contidas na
96 Portaria GM/MS nº 2395 de 11/10/2015 e que, o impacto financeiro decorrente dessa habilitação, será de R\$ 175.900,00/mês
97 (Cento e setenta e cinco mil e novecentos reais) e R\$ 2.110.809,60/ano (Dois milhões cento e dez mil oitocentos e nove
98 reais e sessenta centavos) a ser assumido pelo Ministério da Saúde.

99 **Deliberação nº 008/2016** - APROVA “AD referendum” a habilitação do Hospital do Hospital Pequeno Príncipe – CNES
100 0015563 CNPJ 76.591.569/001-30, na cidade de Curitiba, como Serviço de Referência em Doenças Raras, conforme
101 normas contidas na Portaria GM/MS nº 199 de 30/01/2014 e que, o impacto financeiro decorrente dessa habilitação será
102 assumido pelo Ministério da Saúde.

103 **Deliberação nº 015/2016** - APROVA “AD Referendum” a habilitação de 10(dez) leitos de UTI Adulto Tipo III do
104 Hospital Municipal de São José dos Pinhais - CNES 2753278 CNPJ 76.105.543/0001-35, no município de São José dos
105 Pinhais, sendo que os recursos financeiros para esta habilitação será de R\$ 863.974,68/ano (Oitocentos e sessenta e três
106 mil novecentos e setenta e quatro reais e sessenta e oito centavos) e R\$ 71.997,89/mês (Setenta e um mil novecentos e
107 noventa e sete reais e oitenta e nove centavos), a ser assumido pelo Ministério da Saúde.

108 **Deliberação nº 016/2016** - APROVA “AD Referendum” a habilitação e qualificação de 05(cinco) leitos de UTI Adulto Tipo
109 III do Hospital Universitário Evangélico de Curitiba - CNES 0015245 CNPJ 76.575.604/0004-70, no município de
110 Curitiba, sendo que os recursos financeiros para esta habilitação serão de R\$ 1.314.000,00/ano (Hum milhão trezentos e
111 quatorze mil reais) e R\$ 109.500,00/mês (Cento e nove mil e quinhentos reais), a ser assumido pelo Ministério da Saúde.



112 **2.3- Implantação/Habilitação de NASF -**

| Nº Deliberação | Modalidade | Nº Equipes | Município |
|----------------|------------|------------|--------------|
| 214/2015 | NASF 2 | 01 | Itaipulândia |

113 **2.4- Implantação PACS / PSF / Saúde Bucal:**

114 **Competência dezembro 2015**

| Estratégia | Município | Implantação | Ampliação |
|------------------------|-----------|-------------|-----------|
| ESF | Castro | | 04 |
| Equipes de Saúde Bucal | | | |
| MODALIDADE I | Castro | | 04 |

115 **2.5- Ratificação de Ordem de Início de Serviço e Termo de Conclusão de Obra e retificação de Ordem de Início e**
116 **Termo de Conclusão - PT GM/MS nº 339, 340 e 341 de 04/03/2013-**

117 **Deliberação nº:**

118 **RATIFICA** as Ordens de Início de Serviço e Termo de Conclusão de Obra e Retificação de endereço dos municípios abaixo
119 relacionados: 206/2015; 216/2015; 002/2016; 006/2016, 007/2016; 11/2016;

| Município | Nº do ofício que encaminha a <u>Ordem de Início de Serviço</u> para a CIB | UBS/Academia de saúde |
|-------------------|---|---|
| Paulo Frontin | 067/2015 | UBS da localidade de São Roque – CNES 2549689, referente proposta cadastrada no Fundo Nacional de Saúde nº 12082670000113006 |
| Ponta Grossa | 103/2015 | UBS Ottoniel Pimentel Santos localizada na Rua Lapa – CNES 2683563- referente proposta cadastrada no Fundo Nacional de Saúde nº 09277224000113004 |
| Rio Negro | 003/2016 | UBS Vila Militar localizada a Praça Santo Ângelo, nº 0 Vila Militar - Gabriel referente proposta cadastrada no Fundo Nacional de Saúde nº 09127166000114002 |
| Francisco Beltrão | 032/2015 | UBS localizada nas esquinas das Ruas Tabajara e Aurélio Buarque de Holanda -quadra nº 1054 –CNES 2495066 – referente proposta cadastrada no Fundo Nacional de Saúde nº 09165798000113023 |
| Município | Nº do ofício que encaminha o <u>Termo de Conclusão de Obra</u> para a CIB | UBS/Academia de saúde |
| Jacarezinho | 1150/2015 | Academia da Saúde localizada a Rua Almirante Tamandaré 371- Vila Setti, referente proposta cadastrada no Fundo Nacional de Saúde nº 09309271000112001 |
| | 1148/2015 | UBS Pompéia localizada a Rua Almirante Tamandaré 369- Vila Setti, referente proposta cadastrada no Fundo Nacional de Saúde nº 076966860000111001 |
| | 1149/2015 | UBS localizada Avenida Pedro Coelho Miranda, nº 471-Jardim Panorama, referente proposta cadastrada no Fundo Nacional de Saúde nº 09309271000112002 |
| Rio Azul | 202/2015 | UBS Ana Gembaroski situada no prolongamento da Avenida Manoel Ribas sentido Faxinal São Pedro, referente proposta cadastrada no Fundo Nacional de Saúde nº 094237444000113004 UBS Marumbi dos Elias – CNES 2554313 - referente proposta cadastrada no Fundo Nacional de Saúde nº 09423744000113005 |
| Campo Mourão | 040/2015 | UBS localizada a Rua Franz Kaizer 641 –Jardim Copacabana II- referente proposta cadastrada no Fundo Nacional de Saúde nº 092531209000112005 |
| Antonio Olinto | 191/2015 | UBS localizada a Rua Estanislau Boczkovski, referente proposta cadastrada no Fundo Nacional de Saúde nº 10704279000113009 |
| União da Vitória | 296/2015 | UBS localizada a Rua Emilio Kroni s/nº - Bairro Nossa Senhora do Rocio – CNES 2559064 -- referente proposta cadastrada no Fundo Nacional de Saúde nº 09519131000113004 |



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO PARANÁ
Secretaria de Estado da Saúde do Paraná – SESA
Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Paraná – COSEMS/PR

1ª
Reunião Ordinária
01.03.2016

| | | |
|----------------------------|-----------|--|
| | | UBS localizada a Rua Porto Vitória s/nº - bairro Cristo Rei – CNES 2559080 -- referente proposta cadastrada no Fundo Nacional de Saúde nº 09519131000113008 |
| Cafelândia | 105/2015 | UBS Benjamin Antonio Motter, localizada a Rua Ernesto Basso, referente proposta cadastrada no Fundo Nacional de Saúde nº 09430164000113001 |
| Nova Esperança do Sudoeste | 196/2015 | UBS localizada na Linha Barra Bonita –CNES – 2584182 - referente proposta cadastrada no Fundo Nacional de Saúde nº 08956201000113001 |
| | 198/2015 | UBS localizada no Ri Gavião – CNES 2584158 - referente proposta cadastrada no Fundo Nacional de Saúde nº 08956201000113003 |
| | 200/2015 | UBS localizada no KM 38 – CNES 2584166 - referente proposta cadastrada no Fundo Nacional de Saúde nº 08956201000113002 |
| Barracão | 171/2015 | UBS COPASA localizada a Rua 61 –CNES 5289262 - referente proposta cadastrada no Fundo Nacional de Saúde nº 08992896000113001 |
| São Jorge do Oeste | 319/2015 | UBS localizada a Rua Emérita Rupp –Bairro da Lapa - referente proposta cadastrada no Fundo Nacional de Saúde nº 09275990000113001 |
| Santa Izabel do Oeste | 332/2015 | UBS localizada na Linha São Pedro – CNES 2584212 - referente proposta cadastrada no Fundo Nacional de Saúde nº 4123802584212/12353 |
| | 334/2015 | UBS localizada na Linha Nova Estrela - CNES 2584204 - referente proposta cadastrada no Fundo Nacional de Saúde nº 4123802584204-12480 |
| Salto do Lontra | 152/2015 | UBS localizada a Rua Curitiba s/nº - CNES 6276938 - referente proposta cadastrada no Fundo Nacional de Saúde nº 08873090000113001 |
| Boa Esperança do Iguaçu | 28/2015 | UBS localizada a Rua Vereador Valmir Alexandre s/nº -CNES 2582902 - referente proposta cadastrada no Fundo Nacional de Saúde nº 09175541000113001 |
| Francisco Beltrão | 161/2015 | UBS localizada na Rua São João s/nº -Bairro da Cango – CNES 2497085 - referente proposta cadastrada no Fundo Nacional de Saúde nº 09165798000113001 |
| Colombo | 096/2015 | UBS São Gabriel localizada a Rua José Dalprá, Bairro São Gabriel - referente proposta cadastrada no Fundo Nacional de Saúde nº 76105634000110004 |
| | | UBS Cesar Augusto localizada a Rua Gustavo Nass, s/n - referente proposta cadastrada no Fundo Nacional de Saúde nº 76105634000110003 |
| | | UBS Moinho Velho localizada a Rua Rio Capivari, s/n Bairro Roça Grande - referente proposta cadastrada no Fundo Nacional de Saúde nº 76105634000110005 |
| Braganey | 118/2015 | Academia de Saúde localizada no Lote Urbano, nº 13, quadra 04, Avenida Bossolan nº 1070, Bairro Centro - referente proposta cadastrada no Fundo Nacional de Saúde nº 11239146000111005 |
| Rio Bom | 167/2015 | UBS localizada a Rua Londrina, s/n, distrito de Santo Antonio Palmital – referente proposta cadastrada no Fundo Nacional de Saúde nº 09010415000113001 |
| São Pedro do Ivaí | 406/2015 | Posto de Saúde Cohapar localizado a Rua Minas Gerais, s/n, Conjunto Virgínio Secco - referente proposta cadastrada no Fundo Nacional de Saúde nº 10588370000112003 |
| Mariópolis | 54/2015 | Posto de Saúde Nossa Senhora das Candeias localizado a Rua Nossa Senhora das Candeias, s/n - referente proposta cadastrada no Fundo Nacional de Saúde nº 09128114000113002 |
| Rio Azul | 217/2015 | Unidade de Atenção Primária a Saúde da Família de Rio Azul localizada a Rua Marechal Floriano Peixoto, s/n - referente proposta cadastrada no Fundo Nacional de Saúde nº 09423744000113008 |
| | | Mini Posto de Taquari dos RIBEIROS localizado a Rua Taquari dos RIBEIROS, s/n - referente proposta cadastrada no Fundo Nacional de Saúde nº 09423744000113002 |
| Coronel Vivida | 142/2015 | Posto de Saúde Jardim Maria da Luz localizado a Rua Getulio Vargas 182- referente proposta cadastrada no Fundo Nacional de Saúde nº 08906533000113003 |
| Foz do Iguaçu | 2055/2015 | UBS localizada a Avenida República Argentina nº 2553 – Jardim Esmeralda/Claudia – referente proposta cadastrada no Fundo Nacional de Saúde nº |



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO PARANÁ
Secretaria de Estado da Saúde do Paraná – SESA
Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Paraná – COSEMS/PR

1ª
Reunião Ordinária
01.03.2016

| | | |
|------------------|--|--|
| Coronel Vivida | 144/2015 | 76206606000109010 Academia da Saúde localizada na Rua Primo Zeni nº 887. Bairro São José Operário - referente proposta cadastrada no Fundo Nacional de Saúde nº 76995455000111002 |
| Guaraniaçu | 405/2015 | UBS localizada a Rua Avelino Salvador –Bairro Vila Nova - referente proposta cadastrada no Fundo Nacional de Saúde nº 76208818000110002 |
| Tamarana | 129/2015 | UBS localizada no assentamento Mandassaia s/nº- CNES 5467187 - referente proposta cadastrada no Fundo Nacional de Saúde nº 4126675467187/12235 |
| Planalto | 53/2015 | UBS localizada na Linha Barra Grande - CNES 6958311 - referente proposta cadastrada no Fundo Nacional de Saúde nº 09272764000113001 |
| Município | Nº de ofício que solicita a retificação | UBS/Academia da Saúde |

120

2.6- Emendas Parlamentares

| Município | Nº da deliberação | Nº da Emenda | Nº da Proposta | Valor | Objeto |
|--------------------------|-------------------|--------------|-----------------------|------------|---|
| Boa Ventura do São Roque | 209/2015 | 1970005 | 09373.863000/1150-01 | 200.000,00 | Aquisição de equipamentos e materiais permanentes |
| | | 2843004 | 09373.863000/1150-01 | 169.669,53 | |
| | | 1964001 | 09373.863000/1150-02 | 99.985,00 | |
| | | 2843004 | 09373.863000/1150-03 | 259.988,00 | |
| São Mateus do Sul | 202/2015 | 36450006 | 09426565000/1150-03 | 408.000,00 | Construção de Unidade Básica de Saúde |
| Fundo Estadual de Saúde | 222/2015 | 81001580 | 08597.12100.1150-03, | 699.611,08 | Aquisição de equipamentos/material permanente para o Hospitais Doutor Anízio Figueiredo – Hospital Zona Norte |
| | | | 08597.12100.1150-04 | 97.343,31 | Aquisição de equipamentos/material permanente para o Hospital Doutor Eulálio Ignácio de Andrade - Hospital Zona Sul |
| Marilena | 012/2016 | 28440012 | 09205.479000/1140-04 | 229.406,00 | Aquisição de equipamento e material permanente |
| | | 25870003 | 09205.479000/1140-06 | 249.900,00 | |
| | | 32200009 | 09205.479000/1140-02, | 349.988,00 | |
| | | 28740013 | 09205.479000/1140-03 | 89.500,00 | |
| | | 28410015 | 09205.479000/1150-03 | 190.575,00 | Reforma da UBS localizada a Rua Ivaí nº 555 –CNES 2754363 |
| | | 28490005 | 909205/15-002 | 250.000,00 | Reforma do Hospital Municipal Leonor Calegari Bovis. |
| Itapejara do Oeste | 001/2016 | 19630012 | 09323.218000/1140-01 | 110.000,00 | Aquisição de equipamentos e materiais permanente |

121

2.7- Repasse Fundo a Fundo –Recursos Estadual

122

Deliberação nº 201/2015 - Aprova o repasse do Incentivo Financeiro de Custeio para reforma e/ou recuperação de Unidades de Saúde da Família-USF, do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde - APSUS, na modalidade "Fundo a Fundo", para o exercício de 2015

124



125 **Deliberação nº 210/2015 - APROVA** a manutenção do Incentivo à Organização da Assistência Farmacêutica para todos os
126 399 municípios paranaenses, no valor de R\$ 30.000,00/ano (trinta mil reais), em 2015, devendo R\$ 6.000,00 deste recurso
127 ser utilizado em despesas de custeio e R\$ 24.000,00 deste recurso ser utilizado em despesas de capital (investimentos), na
128 organização dos serviços farmacêuticos

129 **Deliberação nº 213/2015 - Aprova “Ad Referendum** o incentivo financeiro estadual no valor de R\$ 25.000.000,00 (vinte e
130 cinco milhões de reais), sendo R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) de custeio e R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de
131 reais) para investimento a ser repassado para os 399 municípios do Estado do Paraná, conforme critérios - Anexo I, como
132 parte integrante do Programa de Qualificação da Vigilância em Saúde – VIGIASUS, conforme Anexo II.

133 **Deliberação nº 215/2015 - Aprova “Ad Referendum”** o Incentivo Financeiro Estadual para o desenvolvimento de ações
134 visando a implantação do Núcleo de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde, durante o ano de 2015 e/ou 2016, no
135 valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) sendo R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para custeio e R\$ 5.000,00 (cinco mil
136 reais) para capital a ser repassado, em parcela única, do Fundo Estadual de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde a 28
137 municípios do Paraná, conforme Anexo I.

138 **Deliberação nº 220/2015 - Aprova “Ad Referendum”** incremento temporário, para o Teto Financeiro de Atenção de Média e
139 Alta Complexidade de todos os estabelecimentos de saúde do Estado do Paraná.

140 **2.8- Mudança de Porte de acordo com Portaria GM/MS nº 1378 de 09/07/2013 –Município de Candói**

141 **Deliberação nº 203/2015** - Aprova a homologação da mudança de porte do município de Candói de Porte I para
142 Porte II, de acordo com a Portaria GM/MS nº 1.378 de 09 de julho de 2013.

143 **2.9- Adesão dos municípios ao Programa Estadual do Viajante**

144 **Deliberação nº 211/2015 - Aprova** a adesão dos municípios, abaixo relacionados, ao Programa Estadual de Saúde do
145 Viajante de acordo com a Resolução SESA nº 603/2015 e 619/2015.

Municípios que aderiram ao Programa Estadual de Saúde do Viajante

| Município | População estimada 2012* | Fator Redução Desigualdades (Resolução) | Fator fixo/ Distr <i>per capita</i> R\$ |
|---------------------------|--------------------------------|---|---|
| | | | 27,37390406619790 |
| Antonina | 18.849 | 5,76 | 515.970,72 |
| Barracão | 9.796 | 6,02 | 268.154,76 |
| Foz do Iguaçu | 255.718 | 6,66 | 7.000.000,00 |
| Guaíra | 31.013 | 6,13 | 848.946,89 |
| Guaraqueçaba | 7.809 | 3,76 | 213.762,82 |
| Guaratuba | 32.826 | 5,61 | 898.575,77 |
| Matinhos | 30.220 | 6,46 | 827.239,38 |
| Morretes | 15.785 | 4,41 | 432.097,08 |
| Paranaguá | 142.452 | 7,07 | 3.899.467,38 |
| Pontal do Paraná | 21.917 | 6,12 | 599.953,86 |
| Santa Helena | 23.855 | 5,62 | 653.004,48 |
| Santo Antônio do Sudoeste | 19.048 | 5,03 | 521.418,12 |
| TOTAL | | | 16.678.591,26 |

*População Residente, estimativa IBGE, Paraná - 2012.

146 **Deliberação nº 013/2016 - Aprovar “AD Referendum”** o incentivo financeiro estadual para continuidade do Programa
147 Saúde do Viajante, até o limite da disponibilidade orçamentária e financeira para o exercício do ano de 2016, inclusive
148 eventuais suplementações orçamentárias à Secretaria de Estado da Saúde, a ser repassado para os municípios do Estado
149 do Paraná.



150 **Deliberação nº 014/2016 - Aprovar “AD Referendum”** o incentivo financeiro estadual para continuidade do Programa
151 Saúde do Viajante para o exercício do ano de 2016, a ser repassado para os municípios do Estado do Paraná, conforme
152 descrito a seguir:

| Município | População Estimada 2012* | Fator Redução Desigualdades (Resolução) | Fator Fixo/Distribuição per capita R\$ |
|---------------------------|--------------------------|---|--|
| | | | 27,373904066197 |
| Antonina | 18.849 | 5,76 | 515.970,72 |
| Barracão | 9.796 | 6,02 | 268.154,76 |
| Foz do Iguaçu | 255.718 | 6,66 | 7.000.000,00 |
| Guaira | 31.013 | 6,13 | 848.946,89 |
| Guaraqueçaba | 7.809 | 3,76 | 213.762,82 |
| Guaratuba | 32.826 | 5,61 | 898.575,77 |
| Matinhos | 30.220 | 6,46 | 827.239,38 |
| Morretes | 15.785 | 4,41 | 432.097,08 |
| Paranaguá | 142.452 | 7,07 | 3.899.467,38 |
| Pontal do Paraná | 21.917 | 6,12 | 599.953,86 |
| Santa Helena | 23.855 | 5,62 | 653.004,48 |
| Santo Antônio do Sudoeste | 19.048 | 5,03 | 521.418,12 |
| TOTAL | | | 16.678.591,26 |

153 **2.10 – Habilitação de municípios de acordo com a Portaria GM/MS nº 183/2014**

154 **Deliberação nº 09/2016 - Aprova “AD Referendum”** a habilitação do município de Honório Serpa para recebimento de
155 incentivo financeiro de custeio referente às ações e serviços públicos estratégicos de vigilância em saúde – Academia da
156 Saúde, de acordo com a Portaria GM/MS nº 183 de 30/01/2014.

157 **Deliberação nº 010/2016 - Aprova “AD Referendum”** a habilitação do município de Paranavaí para recebimento de
158 incentivo financeiro de custeio referente às ações e serviços públicos estratégicos de vigilância em saúde – Academia da
159 Saúde acordo com a Portaria GM/MS nº 183 de 30/01/2014.

160 **3 – Apresentações**

161 **3.1 – Cobertura Vacinal – pactuação existente e meta atingida em 2015 – SESA/SVS – Júlia** inicia sua apresentação
162 dizendo que abordará sobre as metas preocupações que se tem que ter referente à cobertura vacinal. Coloca que no Paraná
163 não se obteve uma cobertura satisfatória, para 09 vacinas que seria de 90%, sendo atingido em torno de 79,99%. Solicita aos
164 gestores que se atentem para isso, que melhorem suas estratégias para melhorar o processo de trabalho para alcançar a
165 meta. Expõe em mapas a situação por regional de saúde e mostra a preocupação com municípios que não atingem a meta.
166 Volta a pedir maior cuidado com as estratégias e os processos de trabalho, principalmente em municípios que não atingiram
167 nenhuma cobertura vacinal adequada. Coloca as regionais e a divisão de epidemiologia a disposição desses municípios para
168 discutir as estratégias para reverter essa cobertura, pois, essa situação é muito preocupante. A apresentação está disponível
169 no site da SESA www.saude.pr.gov.br – Link da CIB – apresentações. Coloca a importância dos municípios em alimentar o
170 sistema de informação. Cristiane coloca que o COSEMS é parceiro nessa questão, que não justifica essa cobertura, pois não
171 houve desabastecimento de vacinas, porém o sistema teve problemas, o COSEMS conversou com o Ministério da Saúde,
172 porém, o problema permanece. Coloca que se assustou com os dados e o COSEMS vai fazer uma força tarefa com os
173 apoiadores e CRESEMS, pois não se pode deixar essa cobertura ficar assim. **Gilberto** coloca que não se justifica esse
174 quadro, porém há um problema que não se tem conseguido a quantidade de vacina necessária, distribuída pelo Ministério da
175 Saúde e que não sabe qual o impacto que isso tem causado nesse quadro, porém, não se justifica, coloca que um esforço
176 maior tem que se feito para enfrentar tudo o que se tem para enfrentar, pois, a cobertura vacinal é uma prioridade
177 fundamental sendo uma marca registrada da saúde pública, tanto para dentro do Brasil quanto para o exterior, que esse é um



178 diferencial para o Brasil , que se não se tem uma quantidade de vacina suficiente se torna um problema, mas tem que se
179 enfrentar essa questão dos números de baixa cobertura. Sugere que a CIB Estadual encaminhe seu posicionamento ao
180 Ministério da Saúde em relação a essa falta de vacina. Julia responde as observações que todos os problemas foram
181 comunicados ao Ministério da Saúde, levado em reuniões nacionais de coordenadores e que para o esquema básico não tem
182 falta de vacinas e que o processo natural é fazer um remanejamento.

183 **4 – Pactuações**

184 **4.1 – Resolução SESA 615/2015 – Dispõem sobre o incremento do Teto Financeiro de Atenção da Média e Alta**
185 **Complexidade e dá outras providências – SESA/SGS –Paulo Almeida** Inicia dizendo que o secretário já se pronunciou a
186 respeito dessa resolução, coloca que todos são cientes das dificuldades que os municípios que detém a gestão têm em
187 relação aos déficits dos tetos financeiros, que é importante todos conhecerem até porque sabem da dificuldade, por parte do
188 ministério da saúde, que é o responsável por incrementar esses tetos em fazer esse incremento. O aporte que houve foi por
189 incremento, incentivo e não por correção dos valores por procedimentos. Que o sistema, na forma que está sendo financiado,
190 esta desestimulando, e pelos valores que está sendo pago pela tabela, tudo o que se paga por produção e isso é
191 preocupante. Coloca que essa preocupação é levada aos fóruns competentes. Coloca que essa resolução vem para apoiar
192 esses municípios do Estado que detém a gestão. A Resolução nº 615 dispõe sobre o incremento do Teto Financeiro da
193 Média e Alta complexidade e dá outras providências, seus objetivos são: Diminuir o tempo de espera para consultas e
194 exames especializados; Aumentar a oferta de serviços especializados de média e alta complexidade; Diminuir o número de
195 transporte de pacientes entre Municípios; Aumentar o atendimento integral dentro de cada região de saúde; Diminuir a
196 demanda reprimida nas especialidades das linhas de cuidados prioritárias. Os condicionantes: Comprovação da existência do
197 Fundo Municipal de Saúde – CNPJ; Comprovação da instituição do Conselho Municipal de Saúde; Plano Municipal de Saúde
198 atualizado; Relatório de Gestão atualizado. Custeio das ações de média e alta complexidade será composto por duas partes:
199 recurso no valor de R\$ 1,00 per capita, de acordo com a população IBGE de 2010. Para este valor foi utilizado o
200 correspondente a 50% da população; soma da Produção Hospitalar e Ambulatorial de Média e Alta Complexidade, disponível
201 nos sistemas de informação com o incremento de 5%. Recursos serão repassados na modalidade Fundo a Fundo para os
202 municípios de Gestão Ampliada. Sistema FAF. Gestão Estadual R\$ 59.828.567,54 e para a Gestão Municipal R\$
203 81.381.030,60. Aprovado pelos membros da CIB

204 **4.2 – HOSPSUS/SAÚDE MENTAL – Medidas a ser implementadas em 2016 - SESA/SGS** – Em relação à Saúde Mental a
205 proposta é o repasse fundo a fundo do incremento da diária em hospitais especializados para os estabelecimentos
206 localizados em município com gestão ampliada: Curitiba, Londrina, Maringá e Umuarama., que está sendo estudado um
207 incremento na diária de leitos de saúde mental em hospitais gerais habilitados pelo ministério da saúde. Valor em estudo.

208 **4.3 - Alteração na forma de repasse dos recursos estaduais referente ao acréscimo nas diárias de internação em**
209 **psiquiatria para os municípios que tem a gestão dos prestadores-SESA/SAS**

210 **4.4.- Alteração nos valores da Estratégia de Qualificação do Parto e na organização da referencia para o risco**
211 **intermediário – SESA/SAS**

212 **4.5- Diferença dos valores de diárias de UTI neonatal de acordo com os valores estabelecidos pelo MS-SESA/SAS**

213 **Paulo Almeida aborda as pautas 4.2, 4.3, 4. 3 4.5** - inicia sua fala colocando que se conversou muito sobre as dificuldades
214 dos hospitais em relação à prestação de serviços, que essa intervenção vai ser no sentido de não gerar desassistência e sim
215 de corrigir os recursos do HOSPSUS e da Saúde Mental, vendo a importância disso para a estruturação das Redes: Mãe
216 Paranaense e Rede Paraná Urgência, dentro do Estado, que houve impacto forte para os hospitais com o aumento de
217 despesas pelo aumento da energia elétrica, aumento do dólar e que esses aumentos tem trazido dificuldade enorme para os
218 hospitais que não são públicos em relação à receita/despesas. Coloca que a proposta para a na Fase 1 é para Hospitais
219 Regionais e Macrorregionais com incremento de 20mil reais no Mãe Paranaense (gestação de Alto Risco) passa 100 mil
220 reais/mês e incorpora o risco intermediário, com impacto mensal 460 mil e anual de RS 5.520 milhões. Rede de Urgência
221 haverá uma incremento de acordo com a tipologia dos hospitais de 40 / 60/ 80 mil de acordo com a tipologia do hospital,
222 sendo que o maior valor será 280 mil reais me, com um impacto financeiro 21.648 milhões. Os estabelecimentos em
223 municípios com gestão ampliada serão contratualizados pela SESA por seis meses e que após o repasse será fundo a fundo



224 e os mesmos contratualizados pelo município, contemplando a portaria GM/MS 3410. Na Fase 2 incremento revisto. Revisão
225 da resolução nos critérios de leitos de UTI Neonatal

226 Na Fase 3, tinha alguns critérios, mínimos, mas essenciais, que foi prorrogado, em relação ao SAMU por mais 6 meses,
227 permitindo que os municípios se adequassem, que foi flexibilizado o critério de exigência do SAMU, desde que o município
228 tenha um transporte sanitário adequado vinculado a regulação da urgência e emergência. Iniciou-se a adesão dos Hospitais
229 sem fins lucrativos de utilidade pública estadual e cria mais uma faixa para hospitais de mais de 50 leitos com um valor
230 mensal de 60 mil, que são os hospitais sanitariamente/socialmente corretos, que geram escalas. Coloca que está sendo
231 discutida a situação dos hospitais que estão sob intervenção judicial e administrativa, que por um tempo determinado se fará
232 uma subvenção de até 50% do seu contrato, por um período determinado, entendo a dificuldade desses hospitais, porém,
233 sem uma intervenção do poder público, esses hospitais fecham e por isso tem que se ter uma lei ou decreto que respalde
234 legalmente essa ação. Coloca que outra situação é de ter um recurso aos municípios que assumirem a gestão ampliada, com
235 corte em leitos e população, que isso está em estudo, porque se sabe os serviços de urgência e emergência, na lógica da
236 tabela não se sustentam os valores são muito baixos e a proposta é de que esses municípios fazem um contrato único, faz o
237 contrato da urgência pela disponibilidade e não pela produção, zera essa produção para não haver duplicidade de
238 pagamento, o município assume o pagamento desses estabelecimentos, pois, dentre esses hospitais tem hospitais privados
239 e o restante ele recebe pela produção que realiza. **Márcia** coloca que a Rede Mãe Paranaense precisa ser reprogramada em
240 todas as regiões, pois, quando foi estabelecida as estratificações de risco habitual, intermediário e alto risco, foi estabelecida
241 a tipologia dos hospitais da rede, e ao estabelecer essa a tipologia, contratualizou, passando para os municípios que tem a
242 gestão o valor do parto, 180 reais para o risco habitual e 270 reais para intermediário, vinculando esse repasse a ter uma
243 equipe mínima e que isso, em muitos casos, não aconteceu. Colocou que ano de 2015 houve aumento do número de óbito
244 materno e que este aumento está vinculado a não vinculação, pois, quando não se vincula a gestante aumenta o óbito, que a
245 vinculação é um pilar importante na morte materna, por mais que a atenção primária tenha um papel preponderante na
246 estratificação de risco, a vinculação é importante. Coloca que a proposta é reprogramar o recurso, que os hospitais que
247 fazem alto risco já possuem a equipe e conseguem absorver o parto de risco intermediário, e no HOSPSUS-FASE 1, em
248 2011, não permitia que esses hospitais recebessem o EQP e que a proposta é para aqueles hospitais que vão atender o
249 risco intermediário, recebem os 20 mil reais e fazendo redesenho da Rede e que está sendo revisada a Resolução SESA
250 377, que instituiu a estratégia de qualificação do parto, mudando os valores passando o parto de risco habitual de 180 reais
251 para 200 reais e o risco intermediário, para aqueles hospitais que tem equipe, não é para todos, será realizada uma avaliação
252 nas regiões, sobe para 320 reais, mas vinculado a implantação do checklist do parto seguro. Informa que nos dias 19 e
253 20/05/2016, será realizado o 5º Encontro da Rede Mãe Paranaense e nesse encontro será realizado um simpósio do parto
254 seguro no Paraná, trabalhando com os hospitais a implantação do parto seguro. Coloca que em relação ao incremento dos
255 leitos de UTI Neonatal recebeu demandas de gestores e prestadores, que na instituição da Rede Cegonha em 2012, criou
256 um valor de 800 reais de diária de UTI, que está implantado em Curitiba, Londrina e Maringá e que as outras estão
257 aguardando e que não tem perspectiva. A proposta da SESA é a Rede Mãe Paranaense, a partir dos Planos de Ação
258 Regionais da Rede Cegonha, com os quantitativos dos leitos de UTI Neonatal, aprovados nesses planos, assumir o
259 pagamento, a partir de março/2016, dos leitos de UTI Neonatal a diferença dos recursos pagos pelo Ministério da Saúde. O
260 recurso será repassado aos municípios que possuem a gestão fundo a fundo e os sob gestão do Estado, por meio de aditivo
261 de contrato. Todas as propostas foram aprovadas pelos membros da CIB Estadual.

262 **4.6 – Programa Vida no Trânsito – Plano de Aplicação 2016 – SESA/SVS- Julia** apresenta a proposta do Paraná do Plano
263 de Aplicação colocando que é uma ação do governo federal, lançada em 11/05/2011 pelos Ministérios da Saúde e das
264 Cidades, que é uma resposta brasileira à demanda da OMS, e principalmente uma parceria com a sociedade e governo, visa
265 essa década de Ação pela Segurança no Trânsito 2011-2020, que deve ser realizado por meio de articulações intersetoriais.
266 Esse projeto é voltado a Intervenções intersetoriais com foco em fatores de risco prioritários (álcool e direção, velocidade
267 excessiva/inadequada), capacitação (gestores, profissionais da saúde, educação e trânsito), apoio técnico aos Municípios
268 nas ações educativas/ preventivas/promoção à saúde, em articulação com OG e sociedade civil, articulação intersetorial para
269 implementação de planos de ação de segurança (pedestres, condutores, ciclistas, motociclistas); articulação intersetorial



270 Infraestrutura, planejamento urbano, segurança, transporte, trânsito e outros) na promoção de espaços seguros, saudáveis e
271 sustentáveis voltadas para a mobilidade humana. O Objetivo do Projeto Vida no Trânsito é subsidiar gestores no
272 fortalecimento de Políticas de Prevenção de Lesões e Mortes no trânsito, por meio da qualificação, planejamento,
273 monitoramento, acompanhamento e avaliação das ações. O Plano de Ação Estadual tem as ações estratégicas: estruturar a
274 coordenação estadual do projeto, apoiar a estruturação e participar das coordenações municipais do projeto, elaborar o plano
275 estadual e assessorar a elaboração dos planos municipais (foco inicial: capital); identificar as fontes e sistemas de
276 informações disponíveis nas esferas federal, estadual e local, integrar as informações oriundas dos diversos sistemas, apoiar
277 a capacitação dos profissionais envolvidos no projeto, gestores e a comunidade local, incentivar parcerias locais e definir
278 indicadores para monitoramento e avaliação. O financiamento é regulado por portarias e visam financiar, através de **custeio**,
279 ações de vigilância em saúde, observados os impedimentos e adequações às legislações federal, estadual e municipal:
280 Despesas de custeio, Recursos humanos: consultorias, assessorias, outros; Serviços de terceiros (pessoa física ou jurídica);
281 Material de consumo: expediente, materiais educativos, etc, Material permanente: computadores, impressoras, material
282 multimídia, outros (só se estiver justificado no processo e for fundamental para execução do Plano de Ação e justificado em
283 todos os processos, pois o recurso repassado é para custeio). A proposta do Paraná é aplicar o recurso em Material de
284 consumo educativo: R\$ 86.315,00, Material permanente R\$ 218.600,00; Serviço de Terceiros - diárias: R\$ 43.000,00; Serviço
285 de terceiros-passagens R\$ 45.000,00; Serviços de terceiros-capacitação R\$ 23.200,00; Outros serviços de terceiros R\$
286 8.800,00, totalizando R\$ 432.315,00. Aprovado pelos membros da CIB Estadual.

287 **4.7- Plano Nacional de Enfrentamento da Microcefalia – PNEM - SESA/SVS – Ivana** coloca que a planilha do PNEM foi
288 atualizada e o Paraná tem uma meta que precisava alcançar até o dia 29/02 de 100 dos imóveis trabalhados e que atingiu
289 59,57%, isso no boletim recebido até hoje e que foi extraído os municípios do Paraná que está abaixo de 5% e que dentre
290 esses 05 são municípios sede de regionais de saúde: Paranaguá, Irati, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu e Curitiba. Coloca que
291 esses números são baseados no número de imóveis do IBGE. Coloca que esses municípios que estão abaixo de 20% estão
292 na região metropolitana que por não terem infestamento não realizam a visita domiciliar, mas o Ministério da Saúde quer que
293 todos façam o 100% e que por esse motivo está acionando a força nacional. Coloca que esses números estão abaixo do que
294 se espera e que o prazo para atualizar é até sexta-feira, lembra que boas partes dos estados já atingiram 80%, que os
295 estados do sul ainda não atingiram. Coloca que além dos municípios não estarem atingindo a meta não estão se
296 preocupando com a mobilização achando que não serão atingidos e isso tem se mostrado diferente nos boletins. **Cleide**
297 lembra que quando é para alimentar no sistema tem dois campos, visita com orientação e com execução, que a visita com
298 orientação também é considerada e isso serve quando as ações são realizadas com parceiros e pode alimentar o sistema no
299 item de visitas orientadas. Clama para que os gestores, no próximo dia 09, façam a mobilização para a eliminação dos
300 criadouros e que precisa de todos nessa mobilização e que alimentem o sistema para podermos atingir os objetivos, tanto da
301 eliminação dos criadouros como atingir a meta. Colocou também que se o Paraná não informa no sistema de informação
302 sobre as visitas, não teremos como justificar a solicitação do. Inseticida. Pede que os gestores orientem as equipes para que
303 alimentem o sistema se estão executando a ação. **Cristiane** coloca que realmente tem que olhar os dados para ver se tem
304 pro reclassificação problema com a informação como também tem que intensificar as ações nos municípios. Coloca que os
305 municípios têm que realizar as atividades desse plano, pois precisa acabar com o mosquito, porém, não devem esquecer que
306 tem as outras atividades, mesmo que se saiba que é grave essa situação. Sugere encaminhar um expediente a sala de
307 situação nacional se a avaliação, decorrente desse planejamento, está sendo realmente eficaz e esta trazendo o efeito
308 necessário para a redução do índice de infestação e de casos notificados e positivos. Aprovado pelos membros da CIB/PR

309 **.8 – Realização de coleta nas UBS para gestantes, da rede particular, com suspeitas de ZIKA – encaminhamento ao**
310 **LACEN – SESA/SVS- Cleide** coloca a proposta que trouxe para pactuação que é ofertar para as gestantes da rede particular
311 com suspeitas de Zika usufruir dos exames no LACEN-PR para Zika; Dengue e Chikungunya, seguindo o protocolo de
312 notificação e para isso os municípios tem que realizar a coleta nas UBS, sendo o fluxo para encaminhamento é o mesmo que
313 é utilizado para as gestantes do SUS. Informa que o CRM encaminhará uma mala direta para todos os obstetras informando.
314 Aprovado pelos membros da CIB/PR.



315 **5- Informes**

316 **5.1 – 3º Congresso Paranaense de Saúde Pública – SESA/ESPP – Márcio** informa que no Congresso terá uma oficina
317 para capacitar os municípios que tiverem interesse de elaborar os projetos para concorrer ao Programa Estadual de Apoio
318 AS Escolas Municipais de Saúde Pública e Centros Formadores. Coloca que no Congresso será realizado o lançamento do
319 nº 01 do Volume 17 da Revista de Saúde Pública Paraná e pede que todos prestigiem o chamamento público para artigos
320 que será de 25 de março a 25 de abril de 2016, para que o conselho editorial analise e se tenha uma representação de todas
321 as regiões do Paraná. Lembra que essa revista é de cunho científico e, portanto segue normas a seguir.

322 **5.2 - 2ª Amostra Paranaense de Saúde Público-Coletiva – SESA/ESPP- Márcio** informa que essa amostra se dará
323 simultaneamente ao Congresso. Lembra que são 56 oficinas de trabalho que se realizam na tarde do dia 27 quarta-feira, são
324 de curta duração, que são as oficinas de 01 a 30 e no dia 28 poderão fazer de 31 a 56. Lembra também que deverá ser
325 lançado pelo Secretário do 1º Premio Inova Saúde Paraná, que reconhecerá os 03 melhores trabalhos em cada um dos 07
326 eixos temáticos do Congresso, as submissões já estão abertas, vão até 02/05/2016, serão em número de 21, com a
327 cooperação da SANEPAR, COOPAGAS, Fomento Paraná em conjunto com a SESA e o INESCO.

328 **5.3 – Ofertas de Curso de formação inicial e técnicos previstos para 2016/2017 – SESA/ESPP – Márcio** informa que é
329 para todos acessar o site da SESA para maiores informações. Informa que em julho estará sendo lançado o Programa
330 Estadual de Apoio AS Escolas Municipais de Saúde Pública e Centros Formadores.

331 **5.4 – Novos medicamentos Hepatite C – SESA/SVS – Cleide** informou que quando, em agosto, o Ministério da Saúde
332 anunciou o novo protocolo com o medicamento que estavam esperando, o mesmo solicitou a relação dos nomes e assim o
333 Paraná fez, porém não veio todo o medicamento veio só uma parte para a primeira lista. O Estado mesmo assim fez a
334 segunda lista, porém, até a liberação tem todo um protocolo, com isso, o Paraná tem uma lista de 810 pessoas, portadoras
335 de hepatite C, aptas a receber o medicamento de acordo com o protocolo. Coloca que tem dois problemas, um é quando o
336 paciente precisa prorrogar o tratamento e o Ministério da Saúde não fez previsão e pacientes estão ficando sem o
337 medicamento e o outro problema é que os 81,0 que estão na listagem do Paraná, apenas 260 receberão o medicamento.
338 Cristiane coloca que o CONASEMS encaminhará um questionamento ao Ministério da Saúde sobre essa situação.

339 **5.5 -Desabastecimento de imunobiológicos – SESA/SVS- Cleide** informa que essa situação é preocupante e que cada vez
340 que chegam e não é suficiente, sendo que a SESA, por meio de ofício remete ao Ministério da Saúde sobre essa deficiência
341 na quantidade que o que mais preocupa é os soros de uma forma geral, como exemplo o soro botulínico, que só São Paulo
342 tem que o Paraná, e nenhum outro estado têm reserva técnica. Coloca que é muito preocupante essa situação. Informa que
343 a vacina da influenza terá o lançamento da campanha em 30/04 e que a distribuição não será como sempre foi realizada,
344 conforme informação do Ministério da Saúde, mas com a ajuda de todo o abastecimento acontecerá.

345 **5.6 - Congresso do COSEMS/PR– Cristiane** informa que o Congresso acontecerá nos dias 05 e 06/04 em Londrina, que
346 será um congresso mais enxuto e convida a todos para participar. Informa que o tema será A integração da Atenção Básica
347 com a Vigilância em Saúde. Informa que a próxima reunião será no Congresso.